

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Motivos de Reapresentação	43
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	4.321.025
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>4.321.025</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,56815
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	15/04/2014	Ordinária		16,44927

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	955.240	948.406
1.01	Ativo Circulante	309.164	320.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	256.851	274.394
1.01.03	Contas a Receber	21.518	21.698
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.518	21.698
1.01.04	Estoques	477	474
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.175	793
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.672	768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.471	22.555
1.01.08.03	Outros	27.471	22.555
1.01.08.03.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	27.334	22.522
1.01.08.03.03	Outros Créditos	137	33
1.02	Ativo Não Circulante	646.076	627.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	309.156	297.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	45	13
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.000	7.946
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.000	7.946
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	298.997	289.261
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	298.997	289.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	114	104
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	114	104
1.02.03	Imobilizado	1.071	1.187
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.071	1.187
1.02.04	Intangível	335.849	329.213
1.02.04.01	Intangíveis	335.849	329.213
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	335.849	329.213

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	955.240	948.406
2.01	Passivo Circulante	66.845	60.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.577	4.576
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.577	4.576
2.01.02	Fornecedores	5.685	5.704
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.685	5.704
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	4.511	4.519
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	1.174	1.185
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.693	19.053
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.013	17.369
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.364	15.681
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.127	1.161
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	522	527
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.680	1.684
2.01.03.03.01	ISS	1.680	1.684
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.016	15.478
2.01.04.02	Debêntures	17.016	15.478
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	17.016	15.478
2.01.05	Outras Obrigações	12.496	10.101
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.937	1.160
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.307	893
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	630	267
2.01.05.02	Outros	10.559	8.941
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.687	1.763
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.294	7.177
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.578	1
2.01.06	Provisões	9.378	6.055
2.01.06.02	Outras Provisões	9.378	6.055
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	9.378	6.055
2.02	Passivo Não Circulante	693.012	686.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	598.250	597.871
2.02.01.02	Debêntures	598.250	597.871
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	598.250	597.871
2.02.02	Outras Obrigações	29.367	30.710
2.02.02.02	Outros	29.367	30.710
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	28.214	30.189
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	1.153	521
2.02.04	Provisões	65.395	57.995
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.171	2.298
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	879	813
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.292	1.485
2.02.04.02	Outras Provisões	63.224	55.697
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	62.508	55.003
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	716	694
2.03	Patrimônio Líquido	195.383	200.863
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	87.231	92.711
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	65.600	71.080

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	97.195	185.031	84.370	163.940
3.01.01	Receita dos Serviços	97.195	185.031	84.370	163.940
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-34.118	-60.733	-26.446	-53.269
3.02.01	Custos dos Serviços	-34.118	-60.733	-26.446	-53.269
3.03	Resultado Bruto	63.077	124.298	57.924	110.671
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.913	-13.390	-5.493	-11.240
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.927	-13.437	-5.587	-11.387
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-6.986	-11.936	-5.109	-10.383
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-932	-1.425	-493	-946
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-9	-76	15	-58
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14	47	94	147
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	14	47	94	147
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.164	110.908	52.431	99.431
3.06	Resultado Financeiro	-3.264	-7.135	-2.470	-5.031
3.06.01	Receitas Financeiras	15.105	30.375	6.642	12.774
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.369	-37.510	-9.112	-17.805
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	51.900	103.773	49.961	94.400
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.951	-33.733	-16.059	-30.356
3.08.01	Corrente	-18.130	-35.787	-16.905	-31.901
3.08.02	Diferido	1.179	2.054	846	1.545
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.949	70.040	33.902	64.044
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.949	70.040	33.902	64.044
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	8,08810	16,20910	7,85000	14,82000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	34.949	70.040	33.902	64.044
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.949	70.040	33.902	64.044



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	102.552	85.988
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	35.188	23.065
6.01.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.054	-1.545
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	8.151	8.278
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	1.515	1.636
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-17.149	-11.454
6.01.01.06	Receitas c/ Juros s/ Aplicações Vinculadas	0	-581
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0	81
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	33.094	14.521
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	2.080	950
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	55	1.160
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	8.770	9.352
6.01.01.12	Receitas com Faixa de Domínio	726	667
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.676	-1.121
6.01.02.01	Estoques	-3	58
6.01.02.02	Contas à Receber	209	-1.583
6.01.02.03	Outros Créditos	-104	-151
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	2.190	1.882
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-904	-564
6.01.02.06	Fornecedores	-3.504	-1.844
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	777	-143
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	-700	-12
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1	123
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	29.332	28.482
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-31.358	-28.429
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	1.577	1.197
6.01.02.13	Credores pela Concessão	3	38
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-182	-175
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-10	0
6.01.03	Outros	70.040	64.044
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	70.040	64.044
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.612	-8.861
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-39	-16
6.02.02	Aquisição de Intangível	-10.541	-5.064
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-32	-46.376
6.02.04	Resgates Sobre Aplicações Financeiras Vinculadas	0	42.595
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-109.483	-92.237
6.03.02	Pagamentos de Principal de Empréstimos	0	-1.285
6.03.03	Pagamento de Juros de Empréstimos	0	-86
6.03.05	Pagamento de Principal de Debêntures	0	-71.519
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-31.177	-14.359
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-71.080	0
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-3.850	-1.810
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-3.376	-3.178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.543	-15.110

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274.394	31.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	256.851	16.797

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.080	-4.440	0	-75.520
5.04.06	Dividendos	0	0	-71.080	0	0	-71.080
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.440	0	-4.440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.040	0	70.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.040	0	70.040
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	65.600	0	195.383

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	64.044	0	64.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	64.044	0	64.044
5.07	Saldos Finais	108.152	0	82.550	59.044	0	249.746

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	201.324	178.989
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	184.313	170.286
7.01.02	Outras Receitas	17.011	8.703
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	14.621	6.528
7.01.02.02	Receitas Acessórias	2.390	2.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.337	-42.574
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.480	-13.753
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.190	-1.081
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	47	147
7.02.04	Outros	-34.714	-27.887
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-14.621	-6.528
7.02.04.02	Custo da Concessão	-4.845	-7.308
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-15.248	-14.051
7.03	Valor Adicionado Bruto	151.987	136.415
7.04	Retenções	-8.151	-8.278
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.151	-8.278
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	143.836	128.137
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.375	12.774
7.06.02	Receitas Financeiras	30.375	12.774
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	174.211	140.911
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	174.211	140.911
7.08.01	Pessoal	14.495	12.071
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.711	8.838
7.08.01.02	Benefícios	2.886	2.554
7.08.01.03	F.G.T.S.	898	679
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	52.686	47.843
7.08.02.01	Federais	43.218	39.141
7.08.02.02	Estaduais	50	49
7.08.02.03	Municipais	9.418	8.653
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.990	16.953
7.08.03.01	Juros	33.911	15.217
7.08.03.02	Aluguéis	999	786
7.08.03.03	Outras	2.080	950
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.040	64.044
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.440	5.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	65.600	59.044

## Comentário do Desempenho

### Intervias



**Araras, 6 de agosto de 2014** – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2014, período encerrado em 30 de junho de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

#### COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

- **Tráfego Pedagiado:** No 2T14 o tráfego pedagiado foi de 16.569 mil veículos equivalentes apresentando um aumento de 5,5% em relação ao 2T13. Esse aumento se deve basicamente ao início em 28 de julho de 2013 da cobrança de eixos suspensos pela concessionária conforme deliberação da Artesp publicada em 27 de junho no Diário Oficial de São Paulo.
- **Receita:** No 2T14 a Intervias S/A obteve uma receita bruta de R\$ 105,5 milhões. Em relação ao 2T13 houve um aumento na receita de 14,4%. A receita de obras no 2T14 ficou R\$ 8,3 milhões maior em relação ao 2T13. A receita de pedágio cresceu 5,6% em relação ao 2T13, devido principalmente a cobrança de eixos suspensos citado anteriormente.
- **Custos e Despesas Operacionais:** No 2T14, os custos e despesas operacionais tiveram um aumento de 36,9% em relação ao 2T13. O aumento de R\$ 10,2 milhões se deu em virtude principalmente de: (i) Aumento das despesas com pessoal no montante de R\$ 2,3 milhões devido a adoção pela controladora Arteris em abril de 2014 de um novo critério de rateio dos custos. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuindo baseando-se na receita das empresas do grupo; (ii) Redução dos custos dos serviços prestados em virtude dos custos com ônus variável pago ao poder concedente ter sua alíquota reduzida de 3% para 1,5% no trimestre como compensação a não realização do reajuste da tarifa de pedágios, gerando uma redução no montante de R\$ 1,3 milhão e redução nos custos com conservação no montante de R\$ 0,5 milhão; (iii) Aumento de custos com provisão de serviços de manutenção de rodovias que realizaram R\$ 7,9 milhões no 2T14, ante R\$ 6,9 milhões realizados no 2T13. As provisões para serviços de manutenção estão sendo registradas em acordo as novas normas contábeis internacionais ICPC 01. (iv) Aumento nos custos de serviços de construção. No 2T14 foram R\$ 11,1 milhões a título de custos dos serviços de construção, sendo R\$ 8,3 milhões acima que o realizado no 2T13.
- **EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA encerrou o 2T14 em R\$ 59,3 milhões e R\$ 56,7 milhões no 2T13. O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o 2T14 em R\$ 67,2 milhões e R\$ 63,5 milhões no 2T13. O aumento, tanto do EBITDA, como do EBITDA ajustado, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, se deve basicamente ao aumento das receitas de pedágio, refletindo o aumento do tráfego.
- **Resultado Financeiro:** A Companhia obteve um resultado financeiro líquido no 2T14 de R\$ 3,3 milhões, 15,7% menor em relação ao resultado do 1T14. As receitas financeiras no 2T14 ficaram R\$ 0,2 milhão abaixo do realizado no 1T14, as despesas com juros relativos à emissão de debêntures pela Sociedade tiveram uma queda no valor de R\$ 0,8 milhão.
- **Lucro Líquido:** A Companhia obteve um lucro de R\$ 34,9 milhões, representando um aumento de 3,1% comparado ao 2T13, influenciado, principalmente, pelos pontos já citados anteriormente.
- **Endividamento:** A Intervias encerrou o segundo trimestre com um endividamento de R\$ 615,3 milhões contra R\$ 598,4 milhões no 1T14. O aumento se deve a apropriação de juros dos saldos de debêntures.

## Comentário do Desempenho

▪ **Investimentos:** Foram investidos R\$ 9,4 milhões no 2T14. Esses valores estão em conformidade com o Pronunciamento ICPC01, sendo que o Imobilizado operacional da Sociedade foi reclassificado como Intangível, passando a ser amortizado através do tráfego real mensal. Os investimentos em intervenções no pavimento das rodovias e recuperação de sinalização, consideradas “Conservas Especiais” foram transferidas do Imobilizado para custos com manutenções. Esses serviços somaram R\$ 6,5 milhões no 2T14.

▪ **Dividendos:** No 2T14 a Companhia distribuiu a título de Dividendos o montante de R\$ 74,9 milhões.

### ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
Intervias	16.568.655	16.197.270	15.704.645	2,3%	5,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>105.452</b>	<b>95.872</b>	<b>92.205</b>	<b>10,0%</b>	<b>14,4%</b>
Receitas de pedágio	93.175	91.138	88.241	2,2%	5,6%
Receitas de obras	11.118	3.503	2.782	217,4%	299,6%
Receitas acessórias	1.159	1.231	1.182	-5,8%	-1,9%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(8.257)</b>	<b>(8.036)</b>	<b>(7.835)</b>	<b>2,8%</b>	<b>5,4%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>97.195</b>	<b>87.836</b>	<b>84.370</b>	<b>10,7%</b>	<b>15,2%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(37.908)</b>	<b>(28.064)</b>	<b>(27.697)</b>	<b>35,1%</b>	<b>36,9%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.038)	(11.841)	(12.657)	-6,8%	-12,8%
Custo dos serv. de construção	(11.118)	(3.503)	(2.782)	217,4%	299,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.904)	(4.866)	(5.024)	41,9%	37,4%
Remuneração da administração	(932)	(493)	(493)	89,0%	89,0%
Despesas tributárias	(9)	(67)	15	-86,6%	-160,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.921)	(7.327)	(6.850)	8,1%	15,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	14	33	94	-57,6%	-85,1%
<b>EBITDA</b>	<b>59.287</b>	<b>59.772</b>	<b>56.673</b>	<b>-0,8%</b>	<b>4,6%</b>
Margem EBITDA	61,0%	68,0%	67,2%		
<b>DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(4.123)</b>	<b>(4.028)</b>	<b>(4.242)</b>	<b>2,4%</b>	<b>-2,8%</b>
Depreciação de imobilizado	(82)	(84)	(85)	-2,4%	-3,5%
Amortização do intangível	(4.041)	(3.944)	(4.157)	2,5%	-2,8%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(3.264)</b>	<b>(3.871)</b>	<b>(2.470)</b>	<b>-15,7%</b>	<b>32,1%</b>
Receitas financeiras	15.105	15.270	6.642	-1,1%	127,4%
Despesas financeiras	(18.369)	(19.141)	(9.112)	-4,0%	101,6%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>51.900</b>	<b>51.873</b>	<b>49.961</b>	<b>0,1%</b>	<b>3,9%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(16.951)</b>	<b>(16.782)</b>	<b>(16.059)</b>	<b>1,0%</b>	<b>5,6%</b>
Corrente	(18.130)	(17.657)	(16.905)	2,7%	7,2%
Diferido	1.179	875	846	34,7%	39,4%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>34.949</b>	<b>35.091</b>	<b>33.902</b>	<b>-0,4%</b>	<b>3,1%</b>

## Comentário do Desempenho

	EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)				
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
<b>EBITDA</b>	<b>59.287</b>	<b>59.772</b>	<b>56.673</b>	<b>-0,8%</b>	<b>4,6%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.921	7.327	6.850	8,1%	15,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>67.208</b>	<b>67.099</b>	<b>63.523</b>	<b>0,2%</b>	<b>5,8%</b>

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* [www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).



## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime o de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 06 de agosto de 2014.

#### 2. CONCESSÕES

No semestre e trimestre findo em 30 de junho de 2014 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2014, os montantes de R\$435.323 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$286.180 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os

## Notas Explicativas

valores referentes a 30 de junho de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional; e de apresentação e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	9.803	6.249
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>9.378</u>	<u>6.055</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(425)</u>	<u>(194)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.821	7.440
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>7.294</u>	<u>7.177</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(527)</u>	<u>(263)</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	863	863
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>716</u>	<u>694</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(147)</u>	<u>(169)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	74.032	66.351
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>62.508</u>	<u>55.003</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(11.524)</u>	<u>(11.348)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	33.128	35.864
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>28.214</u>	<u>30.189</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.914)</u>	<u>(5.675)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

## Notas Explicativas

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.226	1.346
Aplicações financeiras (*)	<u>255.625</u>	<u>273.048</u>
Total	<u>256.851</u>	<u>274.394</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	4.093	3.918
Fundos de investimentos	<u>251.532</u>	<u>269.130</u>
Total	<u>255.625</u>	<u>273.048</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 102,75% (entre 100,5 e 105,0%) da variação do CDI no período.

### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	20.914	21.254
Cupons de pedágio a receber	<u>604</u>	<u>444</u>
Total	<u>21.518</u>	<u>21.698</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 22c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**Notas Explicativas****7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.171	2.298
Provisão de participação nos resultados	884	-
Direito de concessão incorporado (b)	(17.798)	(18.453)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	71.886	61.058
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(19.984)	(13.155)
Ajuste dos encargos financeiros	(7.746)	(8.377)
Base de cálculo	<u>29.413</u>	<u>23.371</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>10.000</u>	<u>7.946</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo Não Circulante	
2015 (após junho)	762
2016	923
2017	923
2018	923
Após 2019	<u>6.469</u>
	<u>10.000</u>

**Notas Explicativas****8. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de junho de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	3.611	84	3.695
Adições	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>50</u>
Saldo em 30.06.2014	<u>3.661</u>	<u>84</u>	<u>3.745</u>
 <u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2013	(2.479)	(29)	(2.508)
Depreciações	(160)	(6)	(166)
Saldo em 30.06.2014	<u>(2.639)</u>	<u>(35)</u>	<u>(2.674)</u>
 <u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2013	1.132	55	1.187
Saldo em 31.03.2014	1.022	49	1.071
Taxas de depreciação - %	20	20	20

**Notas Explicativas****9. INTANGÍVEL**

A movimentação em 30 de junho de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços <u>(a)</u>	Direito de outorga da concessão <u>(b)</u>	Direito de outorga da incorporação <u>(c)</u>	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31.12.2013	619.782	28.434	60.152	2.303	1.962	712.633
Adições	9.263	-	-	214	5.144	14.621
Transferências/Reclassificações	1.972	-	-	-	(1.972)	-
Alienações/baixas	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	=	<u>(84)</u>
Saldo em 30.06.2014	<u>630.933</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.517</u>	<u>5.134</u>	<u>727.170</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(336.548)	(14.648)	(31.563)	(661)	-	(383.420)
Amortizações	(6.938)	(335)	(696)	(16)	-	(7.985)
Alienações/baixas	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	=	<u>84</u>
Saldo em 30.06.2014	<u>(343.402)</u>	<u>(14.983)</u>	<u>(32.259)</u>	<u>(677)</u>	-	<u>(391.321)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	283.234	13.786	28.589	1.642	1.962	329.213
Saldo em 30.06.2014	287.531	13.451	27.893	1.840	5.134	335.849
Taxas anuais de amortização - %	5,26	5,26	5,26	5,26	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

**Notas Explicativas****10. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.06.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
3ª emissão (a)	<u>60.000</u>	CDI + 1,09% a.a.	Set./2018	<u>17.772</u>	<u>600.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
Custo de transação				<u>(756)</u>	<u>(1.750)</u>	<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>
Total				17.016	598.250	15.478	597.871

(a) 3ª emissão de debêntures emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 30 de junho de 2014 de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
3ª Emissão	25.09.2013	<u>600.000</u>	07.10.13	<u>601.805</u>

A remuneração das debêntures da 3ª série é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e serão amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

Em 30 de junho de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	197.423
2017	197.423
2018	<u>203.404</u>
	<u>598.250</u>

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e adiantamento de debêntures", arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.

## Notas Explicativas

2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

### 11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas no semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:



**Notas Explicativas**

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuo Arteris S.A. (d)	27.325	22.485
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	9	33
Latina Manutenção(a)	-	4
Total	<u>27.334</u>	<u>22.522</u>
 <u>Ativo não circulante</u>	 <u>30.06.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuo Arteris S.A. (d)	<u>298.997</u>	<u>289.261</u>
Total	<u>298.997</u>	<u>289.261</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>30.06.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	630	267
Autovias S.A.	2	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	1.003	550
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>302</u>	<u>343</u>
Total	<u>1.937</u>	<u>1.160</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	1.687	1.763
Total	<u>3.624</u>	<u>2.923</u>

SEMESTRE

Contas de Resultado:	<u>30.06.2014</u>			<u>30.06.2013</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (b) e (d)	-	17.149	4.116	-	11.454	425
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	6.343	-	-	3.512	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>1.928</u>	-	-	<u>728</u>	-	-
Total	<u>8.271</u>	<u>17.149</u>	<u>4.116</u>	<u>4.240</u>	<u>11.454</u>	<u>425</u>

**Notas Explicativas**TRIMESTRE

Contas de Resultado:	<u>01.04.2014 a 30.06.2014</u>			<u>01.04.2013 a 30.06.2013</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (b) e (d)	-	8.849	3.576	-	6.030	91
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	3.236	-	-	1.736	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>1.028</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>4.264</u>	<u>8.849</u>	<u>3.576</u>	<u>2.249</u>	<u>6.030</u>	<u>91</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuindo baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
20.08.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	27.340	24.332
18.09.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	97.000	64.774	57.548
04.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.009	4.427
17.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>52.000</u>	<u>32.199</u>	<u>28.439</u>
			<u>197.000</u>	<u>129.322</u>	<u>114.746</u>

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.425 (R\$946 em 30 de junho de 2013) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade

## Notas Explicativas

e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$884 e R\$1.596.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

## Notas Explicativas

### 12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de renda	9.560	10.941
Contribuição social	4.804	4.740
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	320	338
Programa de integração social-PIS	201	207
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	926	954
Tributos federais retidos	202	189
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.680</u>	<u>1.684</u>
Total	<u>17.693</u>	<u>19.053</u>

### 13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 30 de junho de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do

**Notas Explicativas**

reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 4,67%. A Sociedade não concorda com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e tomara as medidas necessárias de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
<u>Circulante</u>				
Direito de outorga	6.754	6.640	7.281	6.903
Parcela variável (a)/(b)	540	537	540	537
Total	<u>7.294</u>	<u>7.177</u>	<u>7.821</u>	<u>7.440</u>

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
<u>Não Circulante</u>				
Direito de outorga	28.214	30.189	33.128	35.864
Total	<u>28.214</u>	<u>30.189</u>	<u>33.128</u>	<u>35.864</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u>	<u>Total</u>
		<u>Não circulante</u>	
Saldo de parcelas	12	55	67

## Notas Explicativas

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 30 de junho de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$6.704 (R\$3.376 de parcela fixa e R\$3.328 de parcela variável).

Em 30 de junho de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015 (após junho)	3.614
2016	7.228
2017	7.228
2018	7.228
Após 2019	<u>7.830</u>
	<u>33.128</u>

## 14. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.06.2014</u>
Cíveis	1.485	200	(240)	(153)	1.292
Trabalhistas	<u>813</u>	<u>316</u>	<u>(221)</u>	<u>(29)</u>	<u>879</u>
Total	<u>2.298</u>	<u>516</u>	<u>(461)</u>	<u>(182)</u>	<u>2.171</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.019 e R\$1.050, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2014 (R\$944, R\$439 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados

**Notas Explicativas**

os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	6.055	55.003	694
Adições	-	11.375	-
Utilizações	(2.605)	-	-
Ajuste a valor presente	-	2.058	22
Transferências	<u>5.928</u>	<u>(5.928)</u>	<u>-</u>
Saldos em 30.06.2014	<u>9.378</u>	<u>62.508</u>	<u>716</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$7.393 (R\$15.103 em 31 de dezembro de 2013).

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social subscrito em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>30.06.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

No semestre findo em 30 de junho de 2014, foram pagos dividendos no montante de R\$71.080 a título de dividendo adicional proposto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2014 a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$3.774, líquido de R\$666, referente ao imposto de renda retido na fonte.

## 16. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	93.175	184.313	88.241	170.286
Receita de serviços de construção	11.118	14.621	2.782	6.528
Outras receitas	<u>1.159</u>	<u>2.390</u>	<u>1.182</u>	<u>2.175</u>
	<u>105.452</u>	<u>201.324</u>	<u>92.205</u>	<u>178.989</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	105.452	201.324	92.205	178.989
ISSQN	(4.749)	(9.343)	(4.499)	(8.627)
PIS	(625)	(1.238)	(595)	(1.144)
COFINS	<u>(2.883)</u>	<u>(5.712)</u>	<u>(2.741)</u>	<u>(5.278)</u>
Receita líquida	<u>97.195</u>	<u>185.031</u>	<u>84.370</u>	<u>163.940</u>

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos:				
Custo de construção	11.118	14.621	2.782	6.528
Com pessoal	4.741	9.211	4.808	9.098
Serviços de terceiros	286	576	264	528
Depreciação / amortização	4.041	7.985	4.157	8.115
Custos com poder concedente	1.675	3.330	2.958	5.672
Seguros / garantias	21	41	24	46



**Notas Explicativas**

Conservação	2.622	6.461	3.068	6.132
Provisão de Manutenção em rodovias	7.921	15.248	6.850	14.051
Outros	<u>1.693</u>	<u>3.260</u>	<u>1.535</u>	<u>3.099</u>
Total	<u>34.118</u>	<u>60.733</u>	<u>26.446</u>	<u>53.269</u>

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas:				
Com pessoal	3.942	6.005	2.108	3.983
Serviços de terceiros	1.069	1.897	729	1.430
Depreciação / amortização	82	166	85	163
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(359)	(127)	336	985
Seguros / garantias	403	801	379	730
Transportes	123	191	67	130
Consumo	822	1.180	386	737
Outros	<u>904</u>	<u>1.823</u>	<u>1.019</u>	<u>2.225</u>
Total	<u>6.986</u>	<u>11.936</u>	<u>5.109</u>	<u>10.383</u>

**18. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Juros ativos	8.849	17.149	6.030	11.454
Aplicações financeiras	6.239	13.209	612	1.320
Outras receitas	<u>17</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total receitas	<u>15.105</u>	<u>30.375</u>	<u>6.642</u>	<u>12.774</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(16.711)	(33.094)	(7.247)	(14.603)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(311)	(1.515)	(940)	(1.636)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(993)	(2.080)	(731)	(950)
Outras despesas	<u>(354)</u>	<u>(821)</u>	<u>(194)</u>	<u>(616)</u>
Total despesas	<u>(18.369)</u>	<u>(37.510)</u>	<u>(9.112)</u>	<u>(17.805)</u>

**19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

**Notas Explicativas**

	<u>30.06.2014</u>	<u>30.06.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	4.091	1.310
JCP proposto e não pago	1.687	4.251

**20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.900	103.773	49.961	94.400
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(17.646)	(35.283)	(16.987)	(32.096)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	675	1.510	908	1.701
Outros ajustes	<u>20</u>	<u>40</u>	<u>20</u>	<u>39</u>
Despesa contabilizada	<u>(16.951)</u>	<u>(33.733)</u>	<u>(16.059)</u>	<u>(30.356)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(18.130)	(35.787)	(16.905)	(31.901)
Diferidos	1.179	2.054	846	1.545

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de junho de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

## Notas Explicativas

### 21. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro(Prejuízo) utilizado na apuração do lucro básico por ação	34.949	70.040	33.902	64.044
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do Lucro(Prejuízo) diluído por ação	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro(Prejuízo)por ação	<u>8,0881</u>	<u>16,2091</u>	<u>7,85</u>	<u>14,82</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

### 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos

## Notas Explicativas

acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	256.851	274.394
Aplicações Financeiras	45	13
Partes relacionadas	326.331	311.783
Contas a receber clientes	21.518	21.698
Outras contas a receber	137	33
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	5.685	5.798
Debêntures	615.266	613.349
Partes relacionadas	3.624	2.923
Credores pela concessão	35.508	37.366
Outras contas a pagar	2.731	1

## Notas Explicativas

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a Incorrer(*)	(70.483)	(85.843)	(54.885)	(100.976)
Receita de aplicações Financeiras	28.531	35.663	21.398	42.796
Receita financeira de mútuo	30.601	37.358	23.761	44.035
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(11.351)</u>	<u>(12.822)</u>	<u>(9.726)</u>	<u>(14.145)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

#### c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$20.571 e R\$20.990, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

No decorrer do exercício de 2013, entraram em operação as empresas DBtrans Autopresso e Conectcar, também atuando na modalidade de cobrança pelo sistema eletrônico de pagamento de

## Notas Explicativas

pedágio, sendo os seus saldos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$125 e R\$116, respectivamente, registrados na rubrica "Contas a receber".

Na rubrica "Contas a receber", ainda temos as modalidades de recebimento de receitas de pedágio via cupons através da DBtrans S/A, cujos saldos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são de R\$604 e R\$444, respectivamente. Existe também o recebimento de pedágio via cartão VISA, sendo os saldos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$218 e R\$147, respectivamente.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u> (após junho)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018 em</u> <u>diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	11,89	35.537	70.004	267.718	244.520	227.607	845.386
Outorga	5,50	<u>3.647</u>	<u>6.725</u>	<u>6.156</u>	<u>6.156</u>	<u>12.824</u>	<u>35.508</u>
Total		<u>39.184</u>	<u>76.729</u>	<u>273.874</u>	<u>250.676</u>	<u>240.431</u>	<u>880.894</u>

## Notas Explicativas

### 23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 24. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
	Riscos	
Todos os riscos:	patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	36.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	149.388

(\*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Araras, 06 de agosto de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

## Motivos de Reapresentação

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	alteração nas notas explicativas nº 13 e 20
3	Alteração da escala da moeda e escala da quantidade de ações.